

Resumo Expandido ID: 1053-2

O direito à cidade, agroecologia e saúde

Vanderléia Laodete Pulga Daron DARON
ICEPAF, Associação Instituto Cultural e Educacional Paulo Freire,

Palavras-chaves: Direito à cidade, Saúde, Agroecologia

Introdução

Trata-se da sistematização de uma experiência de educação popular e saúde desenvolvida em Passo Fundo pela Associação Instituto Cultural e Educacional Paulo Freire (ICEPAF) em conjunto com movimentos sociais populares urbanos, de mulheres e de camponeses (as). A experiência se desenvolve em 22 bairros da periferia urbana de Passo Fundo com mulheres/famílias (catadoras, sem teto, trabalhadoras urbanas, negras, em vilas, bicos, enfrentando as dificuldades de acesso ao direito à cidade aos pobres, à miséria, fome, desnutrição, violência, o tráfico de drogas, dentre outros. Esta experiência de educação popular e saúde articula o processo formativo e de comunicação popular com o fortalecimento das organizações populares e suas lutas por direitos e cidadania.

Caracterização do problema: O direito à cidade e os efeitos à saúde e à natureza

Esta experiência se desenvolve em 22 bairros da periferia urbana de Passo Fundo. A cidade, assim como a história é construída por homens e mulheres. Não é resultado do acaso ou do destino. É construída por interesses e valores diferentes: a cidade que conhecemos hoje é resultado de uma disputa entre os que tratam a cidade como fonte de lucro (os capitalistas) e os que tratam a cidade como espaço de vida (os moradores). Nesta disputa, os interesses dominantes dos grupos econômicos que tem mais acúmulo de riquezas foram influenciando a organização das cidades para servir ao capital (as grandes empresas, ao grande comércio, aos bancos, à indústria automobilística, às grandes imobiliárias). Assim, as cidades (dentre elas Passo Fundo/RS) foram crescendo de forma desordenada, produzindo duas realidades: uma cidade com toda infraestrutura para alguns e a outra com moradias inadequadas, sem infraestrutura urbana onde se concentra a grande maioria da população nas periferias das cidades. Para os donos do capital, a cidade é fonte de lucro: ela é encarada e tratada como meio de produzir e acumular, como fonte de negócio para construtoras e empreiteiras: a construção de ruas, avenidas e viadutos - a cidade a serviço do carro e do asfalto, do cimento e do concreto (a construção de imóveis em áreas de proteção ao meio ambiente, com altura acima do gabarito permitido, a não construção de praças em favor de obras imobiliárias); a valorização do solo urbano (a especulação imobiliária; os loteamentos clandestinos - onde quem sofre as consequências das irregularidades é quem foi enganado, não o loteador). O ponto de vista do lucro contamina todos os elementos que compõem a cidade. A moradia que deveria ser o lugar de acolhida e aconchego da família passa a ser o imóvel, a ser vendido ou alugado; a rua, lugar para transitar, passa a ser vista como a oportunidade de a empreiteira ser contratada para asfaltar ou refazer; a praça que deveria ser o lugar público das pessoas se encontrarem passa a ser o lugar para um futuro edifício ou uma futura obra; o solo urbano, a terra, o bem que a natureza nos oferece para viver, morar e cultivar alimentos, passa a ser visto como fonte de especulação e de lucros sempre maiores para alguns. Além disto, temos outros agravantes deste modelo de desenvolvimento que são os impactos do agronegócio que

ocorrem de duas formas: uma pelo consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos, ruins, caros e de péssima qualidade. Muitas vezes o alimento que resta aos pobres é o que encontram nos lixos. A outra forma de impacto do agronegócio é o uso de agrotóxicos, venenos em propriedades próximas à zona urbana onde realizam pulverização aérea. Para morar é proibido em áreas verdes, mas o uso de agrotóxico ninguém questiona...

Descrição da Experiência

O trabalho desenvolvido pelo Icepaf ocorre com mulheres/famílias (catadoras, sem teto, trabalhadoras urbanas, negras,...), em vilas, bicos, enfrentando as dificuldades de acesso ao direito à cidade aos pobres, à miséria, fome, desnutrição, violência, o tráfico de drogas, dentre outros. O acesso aos recursos naturais é escasso. O trabalho de luta e organização junto às ocupações urbanas iniciou no ano de 2002, foi se estruturando e organizando o MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), a organização do MMTU (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas). O Icepaf nasceu da necessidade de ter um espaço de formação, apoio na articulação, assessoria e entidade jurídica aglutinadora deste processo. Em 2005 é formalmente constituído o Icepaf com o fortalecimento deste trabalho, com a experiência do primeiro Pré vestibular Comunitário e depois foi se estruturando algumas lutas com catadoras de material reciclável e com as mulheres negras. Neste mesmo ano, este processo foi se articulando com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com atividades de organização em Núcleos de Base tanto de famílias como de mulheres e o trabalho de formação. Em 2008 iniciou um processo de estruturação do trabalho com mulheres através do artesanato num dos grupos de mulheres e o desenho de um trabalho com hortas ecológicas urbanas que se efetiva em 2009 na implantação de experiências com as hortas ecológicas, o artesanato articuladas com o fortalecimento das lutas pela moradia, direito à cidade, alimentação, geração de trabalho e renda, pelo fim da violência, pela aposentadoria da dona de casa, com um apoio da Heifer (formação, organização, insumos, ferramentas...). O que motivou e faz com que as mulheres se engajem neste trabalho e nas lutas é a realidade concreta de falta de direitos fundamentais como o alimento, a casa e o trabalho.

Efeitos Alcançados e Recomendações

Esta experiência está articulada com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, com a organização de catadores de material reciclável, com a Associação Cultural de Mulheres Negras– articulados pela Associação Instituto Cultural e Educacional Paulo Freire. Há articulações com o Movimento de Mulheres Camponesas, com a Recid (Rede de Educação Cidadã), com a Rede e a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde), com a Associação Passofundense de Rádio-difusão Comunitária, com a Pastoral da Juventude, com o Movimento Comunitário, dentre outras entidades locais em atividades pontuais ou específicas.

O trabalho com as hortas ecológicas urbanas familiares foi projetado para ser realizado com as famílias, uma ou até 2 famílias e foi motivado pela necessidade concreta de alimento, para construção de uma cultura de auto-sustentabilidade e autonomia e na perspectiva da soberania alimentar e da integração campo-cidade.

A experiência das Hortas iniciou com o debate e o planejamento coletivo da coordenação com 2 famílias de cada núcleo de base e mais 2 pessoas de cada movimento, depois um seminário com 180 famílias de sensibilização sobre o tema das hortas ecológicas. Após, com as famílias que demonstraram interesse em

desenvolver a experiência então é feita a visita de intenção, depois a entrega de materiais, ferramentas e insumos) e a partir daí, as visitas de trabalho e acompanhamento técnico. Articulado a isto, acontece os cursos de formação de lideranças, de hortas, encontros, oficinas, tarefas de organização de base e participação em lutas populares e em espaços de decisão como as Conferência das Cidades. O grupo desenvolve formação; as hortas; artesanato e faz parte das lutas e outras atividades em que está em jogo os rumos da cidade.